



Revista
de
Psicologia

PSICOLOGIA, TRABALHO E SAÚDE: UMA REVISÃO CRÍTICA

PSYCHOLOGY, WORK AND HEALTH: A CRITICAL REVIEW

Maria da Graça Corrêa Jacques¹

RESUMO

A Psicologia do Trabalho e das Organizações tem tradição como área de aplicação dos conhecimentos psicológicos. Neste ensaio, com base na análise histórica e na revisão teórica, discute-se a articulação entre trabalho e saúde no campo conceitual da Psicologia. Argumenta-se em direção a uma Psicologia em que a categoria trabalho deixe de ser somente um indicativo de normalidade e adaptação e a uma Psicologia do Trabalho não só como área de aplicação. Fundamentam essa argumentação o exame da inserção da Psicologia no campo da Saúde do Trabalhador e a análise da dimensão simbólica do trabalho e seus vínculos com a constituição da subjetividade.

Palavras-chave: Trabalho, psicologia do trabalho, saúde do trabalhador.

ABSTRACT

Work and Organizational Psychology has tradition as an area of application of psychological knowledges. In this essay, based on historical analysis and theoretical revision, it is examined the articulation between work and health on Psychology conceptual field. It is argued in direction to a Psychology in wich work category isn't only an indication of normality and adaptation, and also to a Work Psychology not only as an area of application. It is analysed Psychology insertion on the field to Worker Health and the symbolic dimension of work and its relations with subjectivity construction.

Key words: Work, work psychology, worker health.

¹ Psicóloga, Doutora em Educação, Professora do Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. E-mail: fjacques@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

Nossa herança e nossos projetos se materializam por e pelo trabalho, ponto de intersecção entre o presente e o futuro, sinônimo de História. Investigar sobre o ser do Homem nos obriga a partir do fazer do Homem. Partiremos do trabalho. (CODO, 1989, p. 9).

O parecer de Codo, que atribui destaque e importância à categoria trabalho, se constitui uma exceção no campo conceitual da Psicologia. As diferentes concepções sobre natureza humana que fundamentam suas principais correntes teóricas relegam um lugar secundário à categoria trabalho. O que se constata, em geral, é sua compreensão tão somente como uma consequência lógica de uma vida adaptada e normal.

Tal compreensão é reveladora do caráter normatizador conferido ao trabalho e de uma noção reducionista do conceito de saúde no âmbito da Psicologia. Expressa, também, o que Patto (1987) nomeou de "ideologia adaptacionista", que a autora reconhece como a unidade básica dentro da heterogeneidade do campo psicológico. Ideologia adaptacionista que se revela nas aproximações da Psicologia com a categoria trabalho como área de aplicação e como recurso terapêutico.

Ressignificar as relações entre Psicologia, trabalho e saúde é o objetivo deste ensaio. A análise histórica e a revisão conceitual fornecem os fundamentos para esta resignificação, com o propósito de apresentar a Psicologia como uma interlocutora no campo da Saúde do Trabalhador e nas discussões sobre as implicações das transformações econômicas e sociais ora em curso, introduzindo a dimensão subjetiva no exame dessas implicações.

A partir desta resignificação é possível avançar na direção de uma Psicologia em que a categoria trabalho deixe de ser somente um indicativo de normalidade e de adaptação social. No mesmo sentido, abre-se a possibilidade de construir uma Psicologia do Trabalho não só como área de aplicação dos conhecimentos psicológicos.

2 PSICOLOGIA E TRABALHO: UMA TRAJETÓRIA COMO PSICOLOGIA APLICADA

Nos séculos XVIII e XIX o trabalho ocupou, no pensamento ocidental, uma posição de desta-

que como categoria de análise. Datam desse período, por exemplo: a publicação da obra *A Riqueza das Nações* (1776) em que Adam Smith o promove como fonte de todas as abundâncias; a divisão do período pré-histórico, por Thonsen (1836), com base nos materiais utilizados no trabalho de fabricação de utensílios; e, a promulgação, por Leão XIII (1891), da primeira encíclica dedicada ao tema.

São também expressões da importância conferida ao trabalho neste período histórico, as concepções de Hegel e de Marx. Em Hegel (1985), o homem, mediante o trabalho, transforma o mundo ao mesmo tempo em que se transforma a si mesmo em sua própria existência, humanizando-se. Na concepção de Marx (1983), o trabalho se apresenta como condição básica para a emancipação humana e como atividade fundamental e responsável pelo processo de hominização, diferenciando-se dos demais elementos da natureza.

É em tal contexto de exaltação da categoria trabalho que a Psicologia se constitui como um campo disciplinar independente da Filosofia, não lhe conferindo, no entanto, maior importância. Vem de (1983) o primeiro registro crítico a respeito quando qualifica a Psicologia de ciência incompleta, desprovida de conteúdo e realidade por abstrair do seu campo conceitual o trabalho humano real e concreto.

As explicações para esse posicionamento recaem na aproximação da Psicologia com as Ciências Físicas e Naturais e com seus princípios naturalista e evolucionista. Tal aproximação, com o objetivo de adquirir *status* científico, apresenta-se como um obstáculo para a apropriação de concepções de natureza humana com base em categorias de caráter social. Na vertente da Psicologia Clínica, as explicações recaem na posição de destaque que a Psicanálise passou a ocupar no campo conceitual da Psicologia. (HABERMAS, 1982; DEJOURS, 1988).

Uma análise da obra freudiana e das leituras subsequentes que constituem o corpo teórico da Psicanálise revela a posição secundária desta categoria. São ilustrativas dessa posição, por exemplo, as referências ao trabalho no desenvolvimento filogenético e ontogenético e na compreensão das relações de força entre os instintos e o ego. Em *Psicologia das Massas*, Freud escreve:

[...] no desenvolvimento da humanidade, como no do indivíduo, o amor se tem revelado como o prin-

cipal fator da civilização, e quem sabe o único [...] amor que nasce do trabalho comum (tradução livre e grifo ausente no original). (1967, p. 1141).

Na obra *Análise Terminável e Interminável*, coloca em nota de rodapé: Freud

Temos aqui uma justificativa do direito a importância etiológica de fatores não específicos, tais como o trabalho excessivo, o choque, etc. (1967, p.5). (tradução livre e grifo ausente no original).

Embora a posição secundária conferida ao trabalho no campo conceitual da Psicologia, a aplicação dos conhecimentos e das técnicas psicológicas no âmbito das relações de trabalho logo se apresentou como uma das áreas mais promissoras para atender a crescente demanda do setor produtivo em expansão. É nesse contexto que a publicação, em 1913, do livro de Hugo Münsterberg marca formalmente a constituição da chamada Psicologia Industrial. A dicotomia entre teoria e prática corrobora para que permaneça como campo de aplicação, distanciando-se da produção de conhecimento da Psicologia enquanto ciência.

A aproximação com os contextos laborais se fez a partir dos estudos sobre a fadiga. Nesses contextos, inscreve-se e se consolida com o objetivo de medir diferenças individuais na busca do “homem certo para o lugar certo”, com o propósito de aumentar o rendimento dos trabalhadores. Desenvolve métodos e técnicas psicológicas de seleção de pessoal, aplicados posteriormente à avaliação de desempenho e ao treinamento.

No entanto, são os estudos de Elton Mayo, realizados na empresa Western Electric, em Hawthorne, Chicago, entre 1924 e 1934, que marcam o reconhecimento dos fatores psicológicos como decisivos para o aumento da produtividade dos trabalhadores. Derivam-se desse Movimento, reconhecido como Movimento das Relações Humanas, a aplicação dos estudos sobre motivação, satisfação no trabalho, clima e cultura organizacionais e uma prática psicológica aplicada aos variados contextos laborais (não só às indústrias e com a denominação de Psicologia do Trabalho), em busca de equilíbrio, cooperação e harmonia.

As diferentes escolas no campo da Administração de Pessoal recorrem aos conhecimentos

e às técnicas psicológicas para sustentar seus princípios e implantar suas ações. O reconhecimento do conflito no processo de crescimento e desenvolvimento organizacionais pela Escola Sistêmica, nas décadas de 60 e 70 do século XX, enseja o emprego de estratégias psicológicas para a identificação desses conflitos e sua canalização para a eficiência do Sistema. Consolida-se a noção de organização enquanto entidade ontológica, e que se constituiu em objeto da Psicologia, renomeando-a de Psicologia Organizacional.

Reconhece-se, no exame da trajetória da Psicologia como área de aplicação, enquanto Psicologia Industrial, Psicologia do Trabalho ou Psicologia Organizacional, uma prioridade às questões referentes à gestão de pessoal e uma tendência hegemônica para a utilização de métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de classificação e adaptação dos trabalhadores, com base em normas e valores compatíveis com a acumulação ampliada do capital. Esse posicionamento é objeto de censura de autores renomados como Habermas (1982) e Fromm (1956). Esse último autor, em uma época de exaltação da Psicologia aplicada ao mundo do trabalho, alertava sobre as formas de emprego do conhecimento psicológico que “incrementam o empresário de utilidades sem comprometer-se com a situação do trabalhador.” (p. 269).

Autores que examinam a trajetória da Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil também registram críticas semelhantes (por exemplo: Codo (1985); Jacques (1989); Sampaio, Codo e Hitomi (1994); Spink (1996). Expressões como “lobo mau da Psicologia” (CODO, 1985) e “filha que se prostituiu” (JACQUES 1989) são representativas do desvalor que lhe é conferido em comparação com outras áreas de aplicação da Psicologia, especialmente a Psicologia Clínica.

Na vertente da Psicologia Clínica, carregada de positividade, o trabalho ocupa uma posição secundária. Erikson (1972), a respeito, registra que é comum as informações sobre o trabalho sequer serem apresentadas pelos clínicos nos estudos de caso. Tavares (2004) atribui a dificuldade de integrar as visões da Psicologia aplicada à clínica e ao trabalho à dicotomia estabelecida por uma visão parcial que, ou externaliza a fonte dos problemas ou a coloca no sujeito, em sua história ou estrutura.

Concepções teóricas que não dão conta da multiplicidade e complexidade da constituição do humano e do seu psiquismo, perspectivas reducionistas

na compreensão do processo saúde/doença e a fragmentação do campo psicológico são algumas das explicações possíveis para a relativa invisibilidade dos vínculos entre trabalho e saúde no campo conceitual da Psicologia. A associação entre trabalho e sofrimento e ou adoecimento mental só ganhou importância a partir da segunda metade do século XX, abrindo a possibilidade de inserção da Psicologia no campo da Saúde do Trabalhador.

3 TRABALHO E SAÚDE: A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

A condição de trabalhador é um dos critérios usados como indicativo de saúde. Contraditoriamente, no entanto, a análise histórica revela uma associação entre trabalho e doença, associação essa reconhecida pelo imaginário social e amplamente discutida na literatura. Tal associação atravessa a representação coletiva de trabalho e a vivência de doença enquanto

[...] avessa ao trabalho, a tal ponto que a falta de trabalho, torna-se, em si, um sinônimo de doença. (DEJOURS, 1988, p. 33).

E, ainda, a doença é uma justificativa socialmente aceita para a ausência de trabalho sem que essa ausência signifique desqualificação moral associada ao ócio e à marginalização social.

Na literatura, desde a Antiguidade Clássica, encontram-se registros sobre possíveis vínculos entre o trabalho e a manifestação de determinados sintomas patológicos. Hipócrates, por exemplo, referia-se a doenças comuns entre mineiros e Heródoto, a morte prematura por problemas pulmonares de escravos que lidavam com mortalhas que envolviam os cadáveres (compreendida hoje como derivada do contato com asbesto). No entanto, é somente com a introdução da observação empírica e das explicações racionais na medicina ocidental, no século XVII, que as relações entre trabalho e doença se tornam mais evidentes. (FACCHINI, 1994). A obra de Ramazzini, *De Morbis Artificum Diatriba*, publicada em 1700, é considerada a primeira descrição sistematizada de doenças associadas ao exercício de determinadas ocupações.

O período que se segue à sua publicação é marcado pelo desenvolvimento e consolidação do

capitalismo, associado a precárias condições de trabalho, o que determina uma alta morbidade e mortalidade entre os trabalhadores. A preocupação básica deste período é a luta pela sobrevivência do operariado, que se expressa em obras clássicas do século XIX como *Germina* de Émile Zola e nas primeiras leis promulgadas pelas nações européias sobre questões pertinentes à saúde dos trabalhadores.

Segundo Dejourns (1988), a preocupação da legislação no período é com a proteção ao corpo dos trabalhadores e a reparação aos danos causados por acidentes e doenças ocupacionais, o que é indicativo da "revelação do corpo como ponto de impacto da exploração" (p. 21) a partir da introdução da maquinaria em larga escala nos contextos laborais. No final do século XIX e início do século XX assiste-se a uma luta crescente por melhores condições de trabalho, com denúncias sobre as perigosidades das máquinas, dos gases e poeiras tóxicas e dos parasitas, vírus e bactérias presentes nos ambientes de trabalho.

Embora a preocupação dominante recair na sobrevivência e no corpo doente do trabalhador, encontram-se algumas referências sobre as implicações do trabalho na saúde/doença mental. São ilustrativos o registro de Ramazzini sobre o sofrimento mental dos escriturários e dos tipógrafos como uma das explicações para a ocorrência de lesões osteomusculares nessas categorias profissionais e o alerta de Marx (1989) sobre as consequências do trabalho no "sistema nervoso" dos trabalhadores. A identificação das linhas de montagem fordistas como fonte de sofrimento mental dos operários é tema do primeiro número do *Journal of Mental Hygiene*, de 1917.

No âmbito da Psicologia não se encontra uma maior atenção a esses registros a não ser certa preocupação com a fadiga industrial em fábricas e oficinas de munição durante a I Guerra Mundial. Cabe assinalar, por exemplo, que Mayo excluiu de seus estudos, em Hawthorne, duas operárias que tentaram negociar melhores condições salariais e de trabalho por considerá-las neuróticas e não adequadas para as condições do experimento. Para Mayo, o conflito industrial não tinha nenhuma razão de existir e sua presença deveria ser tratada pela Psiquiatria. (SPINK, 1996).

É no âmbito da Psiquiatria que a expressão psicopatologia do trabalho é empregada pela primeira vez, em 1952, por Sivadon, ao admitir as possíveis

relações entre certas ocupações e certos distúrbios mentais. (LIMA, 2002). No entanto, o autor se voltava prioritariamente para o caráter terapêutico do trabalho (Ergoterapia) em pacientes acometidos pelos mais diversos distúrbios mentais. É através da Ergoterapia que a categoria trabalho se cruza, de modo mais solidificado, com a trajetória da doença mental.

As primeiras tentativas de construção conceitual, de descrição e classificação dos chamados estados mentais doentes remontam às sociedades grega e romana. O Direito Romano os reconhece e aplica as noções de incapacidade civil e de inimizabilidade penal.

O saber médico sobre a doença mental só se consolida a partir do século XVII e guarda uma íntima relação com a manutenção do sistema produtivo em vigor. Os grandes alienistas, como Esquirol e Pinel, revelam suas preocupações com os desviantes da ordem moral e social; a loucura passa a ser condenada enquanto associada à ociosidade e a internação compulsória toma grandes dimensões como uma forma de controle dos que não se submetem à lógica da sociedade do trabalho.

A preocupação com a descrição e a classificação das doenças mentais obscurece a sua discussão conceitual e o poder médico se consolida como árbitro para a inclusão/exclusão na categoria de doente mental. Essa tendência perdura durante o século XX e se expressa nos manuais clássicos de Psiquiatria, como o de Kaplan, Sadock e Grebb (1997). Os autores preconizam que a doença mental é o que se apresenta como tal, perante o psiquiatra com base nos distúrbios e perturbações arrolados nos seus códigos de descrição e sistematização e se apresenta como um impeditivo à inserção ou manutenção no mundo do trabalho.

Nesse contexto não causa estranheza que os primeiros estudos sobre os vínculos entre trabalho e doença mental apareçam a partir da vertente da Psiquiatria e não da Psicologia. Da constatação sobre o número significativo de empregadas domésticas internadas nos hospícios franceses é que o psiquiatra Le Guillaud desenvolve suas pesquisas com o objetivo de demonstrar a existência de uma relação entre o contexto laboral e a frequência e a gravidade dos distúrbios mentais apresentados pelos trabalhadores. A publicação do artigo "*A Neurose das telefonistas*", em 1956, é considerada o marco pioneiro no campo de estudos sobre saúde/doença mental em seus vínculos com o trabalho.

A ênfase concedida à identificação de quadros psicopatológicos é a característica dos primeiros estudos. A preocupação com a doença é uma tendência das práticas de intervenção e regulação nos campos do conhecimento dedicados à saúde do trabalhador – Medicina do Trabalho, Engenharia de Segurança e Saúde Ocupacional –, bem como nos modelos propostos pela Epidemiologia e pela Ergonomia.

Tal tendência perdura, na opinião de Dejours (1988), até 1968, ano identificado pelo autor como um marco referencial na introdução da preocupação com a saúde em seus vínculos com o trabalho, ampliando o conceito de saúde para além do de ausência de doença. A discussão do conceito de saúde ganha relevância nos círculos científicos e na sociedade em geral, destacando-se as contribuições de Canguilhem.

Canguilhem (2000) defende a imprecisão do limite entre o normal e o patológico. Segundo o seu ponto de vista, a doença não é simplesmente desequilíbrio ou desarmonia, mas também o esforço para alcançar um novo equilíbrio. Assim se posiciona:

[...] aquilo que é normal apesar de ser normativo em determinadas condições, pode ser patológico em outra situação se permanecer inalterado. O indivíduo é que avalia essa transformação, porque é ele que sofre suas consequências, no próprio momento em que se sente incapaz de realizar as tarefas que a nova situação lhe impõe. (p.145).

A principal contribuição de Canguilhem na formulação do conceito de saúde, e também seu diferencial, é de que ser sadio não significa ser normal em uma determinada situação, mas ser normativo em uma ou em outras situações eventuais. Para o autor, ser saudável é ser capaz de ultrapassar a norma que define o normal em um dado momento e de instituir novas normas diante de situações diversas.

Assim, segundo Canguilhem, a saúde depende das diferenças individuais e da variância do contexto ambiental, histórico e cultural. Repassando essa proposição para o âmbito da saúde mental, estar bem não é apenas estar adaptado mas ser capaz de instituir novas normas de vida frente às alterações que se apresentam. Na perspectiva de Sampaio e Messias (2002, p. 150), o processo saú-

de/doença mental é um processo particular de expressão das condições de vida humana em determinada sociedade, representando as diferentes qualidades do processo vital e as diferentes competências dos sujeitos para enfrentar desafios, agressões, conflitos, mudanças. Tem tríplice e contraditória natureza: biológica, psicológica e social.

Sob essa lógica, o trabalho ganha relevância como um dos determinantes envolvidos no processo saúde/doença. No campo da Saúde do Trabalhador, a tendência se desloca da saúde do trabalho ou da produção, para a saúde do trabalhador, outorgando-lhe um papel de sujeito ativo no processo de promoção da saúde e integrando o saber e a prática interdisciplinar em substituição à ação centrada no conhecimento médico. (NARDI, 1997). Tal tendência abre espaço para a integração da Psicologia no campo da saúde do trabalhador, desde a promoção, prevenção, cura e reabilitação.

Também contribui significativamente para a inserção da Psicologia neste campo, a atenção conferida às experiências e vivências dos trabalhadores e à noção de sofrimento vinculadas ao trabalho. A obra de Dejours, *Travail: Usure Mentale*, publicada em 1980 na França, contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento de estudos voltados para a compreensão das estratégias de preservação da saúde em situações patogênicas de trabalho. No Brasil, o autor teve uma importância decisiva no desencadeamento das reflexões sobre os impactos do trabalho na saúde mental, a partir da publicação de sua obra, em 1987, traduzida com o título *A Loucura do Trabalho*.

Com uma origem diferente e com uma concepção teórica e metodológica diversa, as teorias sobre estresse também contribuíram para a aproximação da Psicologia com o campo da Saúde do Trabalhador. Da mesma forma, abordagens inspiradas no modelo epidemiológico e diagnóstico fundamentaram uma série de estudos e pesquisas sobre os vínculos entre trabalho e doença mental no âmbito da Psicologia. Assim, coexistem diferentes abordagens, com base em pressupostos teóricos e metodologias distintas, que apontam o trabalho como fator constitutivo ou determinante do processo saúde/doença mental. (JACQUES, 2003).

Ainda reconhece-se hoje, uma série de fatores associados ao trabalho como responsáveis pelo sofrimento e por alterações na saúde mental, desde fatores pontuais como a exposição a determinados

agentes tóxicos, até a complexa articulação de fatores relativos à organização do trabalho (parcelamento das tarefas, controle sobre o processo de trabalho, políticas de gestão de pessoal, estrutura hierárquica, ritmo e jornada laboral, etc.). O reconhecimento do vínculo entre trabalho e saúde/doença mental já faz parte do imaginário social e está presente na legislação previdenciária brasileira. (BRASIL, 2001).

Consolida-se, pois, o conhecimento desta relação, definida por Seligmann-Silva (1994, p. 51) como

a inter-relação entre o trabalho e os processos saúde/doença, cuja dinâmica se inscreve mais marcadamente nos fenômenos mentais, mesmo quando sua natureza seja eminentemente social.

No entanto, esse reconhecimento não é suficiente para dar conta da articulação da categoria trabalho no âmbito da Psicologia, ensejando uma análise mais ampla que contemple a sua dimensão simbólica.

4 PSICOLOGIA, TRABALHO E SAÚDE: O TRABALHO MAIS DO QUE CONSEQUÊNCIA DE UMA VIDA ADAPTADA E NORMAL

Reconhece-se, na sociedade atual, que o trabalho se reveste de valor econômico e cultural, ocupando, assim, importância fundamental na constituição da subjetividade, a partir de uma concepção de natureza humana não essencialista, em que a noção de subjetividade/sujeito está vinculada aos processos sociais e históricos. Nas palavras de Fonseca (2002, p.22), o conceito de subjetividade

[...] se reporta a tudo aquilo que está alocado no sujeito humano, por contraste às condições externas de existência, que precedem a entrada do sujeito no mundo. É pela via da posição do sujeito no mundo que a sua subjetividade se constitui.

A mesma autora registra a importância que os trabalhadores atribuem ao trabalho como sentido, se não central, muito importante em suas biografias, podendo-se pensá-lo como um dos eixos fundamentais na estruturação de suas subjetividades.

Sob a ótica do construto da identidade, o trabalho se constituiu como essencial na resposta

a pergunta: quem és? Costa (1989) assinala que a identidade de trabalhador, associada a outros atributos socialmente valorizados derivados do ato de trabalhar como força, bravura, honestidade etc., mostra-se à consciência como um elemento de grande significação na identidade psicológica. Emprega o termo identidade psicológica para diferenciar de outros sistemas identitários (identidade social, étnica, religiosa, etc.), por se apresentar, não apenas como um atributo do eu ou de algum eu, mas como um predicado universal e genérico, definidor por excelência do humano.

Arendt (1981), ao questionar a eleição da categoria trabalho como determinante no processo de hominização, atribui a inclusão “do que eu faço” como traço identitário essencial à exacerbação do *homo faber* no contexto sociocultural em que o homem moderno se inscreve. A posição de centralidade do trabalho no atual contexto sociocultural vem suscitando ampla discussão. O livro de Gorz (1982) é um marco decisivo ao apontar a redução do operariado industrial nos países do chamado Primeiro Mundo, justificado por uma série de argumentos que reforçam a tese sobre a não-centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas.

Offe (1989) também se inscreve no grupo dos críticos da centralidade do trabalho, ao questionar a relativa importância que lhe seria conferida, hoje, como fonte de riqueza e de qualidade de vida, apontando para a existência de diferentes alternativas de sociabilidade associadas a outros valores morais. Nessa discussão, o posicionamento de Habermas (1990) é representativo ao propor e argumentar a centralidade da esfera comunicacional ou da intersubjetividade em substituição à centralidade do trabalho. Meda (1997), inspirada em Habermas, propõe que a sociedade do trabalho teria perdido sua força persuasiva, substituída por outros espaços de desenvolvimento da vida pública.

Por outro lado, as críticas a tais posicionamentos são muito representativas. Castel (1998) afirma que as teses sobre o fim do trabalho criam as bases para aumentar a exploração dos trabalhadores e sua sujeição às escassas oportunidades oferecidas, mesmo sob condições adversas. Dejours (1999) chama a atenção de que mesmo com a diminuição dos postos de trabalho, nunca se trabalhou tanto e tão intensamente, e que ainda não surgiu nenhum substituto do trabalho enquanto mediador do ego no campo social.

Autores brasileiros, como Antunes (1999), criticam o eurocentrismo dessas posições e sua ge-

neralização ao enorme contingente de trabalhadores do Terceiro Mundo. Para o autor o que se constata hoje é uma concepção abrangente e ampliada de trabalho e uma maior interpenetração das clássicas divisões entre trabalho vivo e trabalho morto, trabalho material e trabalho imaterial, trabalho concreto e trabalho abstrato, o que reforça, segundo seu ponto de vista, a centralidade do trabalho, especialmente nos chamados países em desenvolvimento. Jacques (2002) reforça essa argumentação ao referir que não se constata a presença de Estados de bem-estar social em países do Terceiro Mundo, base da posição de Offe quando defende a não-centralidade do trabalho.

Os posicionamentos contrários e a própria discussão sobre o lugar central do trabalho na sociedade contemporânea passaram a ocupar uma posição secundária frente ao encaminhamento dos processos de transformação social ora em curso, em que se constata a presença de indicadores que reafirmam o valor econômico (subsistência) e cultural (simbólico) do trabalho. Valor simbólico que se expressa na sua compreensão como meio de subsistência, de valorização moral e de inserção social, o que lhe confere uma dimensão como constitutivo da subjetividade.

A consigna bíblica – “a terra será maldita por tua causa; tirarás dela o sustento com os trabalhos penosos todos os dias da tua vida.” (Gen. 3,17) – é a expressão do reconhecimento, no plano simbólico, pela cultura judaico-cristã, do trabalho como elemento de sobrevivência física; sobrevivência física diretamente relacionada com as formas hegemônicas que o trabalho assume em cada contexto social. A consolidação e expansão do capitalismo lhe confere o caráter de trabalho livre e assalariado, identificado com emprego ou com um sentido menos restritivo visto as múltiplas formas que assume no cenário contemporâneo. A maleabilidade do conceito de trabalho é referida por Heller (1989, p. 76) quando aponta que:

[...] com respeito ao trabalho não falamos de uma definição mas de uma aproximação [...]. Assim, inclusive, um mesmo conteúdo teórico-social pode operar mediante diversas aproximações e conceitos de trabalho distintos (não completamente utilizáveis e nem integráveis racionalmente um com o outro).

Nas línguas latinas a palavra trabalho, derivada de *tripalium*, evoca sua representação para

sobrevivência como um castigo e uma punição. *Tripalium* era um utensílio utilizado na cultura de cereais e como um instrumento de tortura. Tal origem explica a presença da palavra trabalho somente nas sociedades que utilizam a agricultura além da simples coleta de alimentos, figurativamente representada na imagem bíblica do paraíso.

A associação do trabalho como meio de sobrevivência e a valoração conferida no capitalismo ao trabalho livre enquanto sustentáculo desse modo de produção se expressam na construção de um imaginário social que passa a conferir ao trabalho valor positivo e o normatiza como dever moral (representativo de uma vida honesta e moralmente boa). A obra de Weber (2002) é uma análise fecunda do dever moral vinculado ao trabalho sob a ótica do protestantismo.

É nesse contexto que o trabalho passa a ser mais do que um meio de sobrevivência para se tornar um atributo e um valor moral. Os movimentos higienista e alienista (séculos XVIII e XIX) e a criação de instituições totais como o asilo, o orfanato, a prisão, o hospício, vêm ao encontro do ideário do trabalho como dever moral, pregando a internação compulsória dos improdutivos, pois representados como ameaças à ordem social. Nessa mesma lógica, o trabalho se apresenta como importante instrumento para a restauração da ordem social e sua imposição compulsória atende à sua representação como corretivo de caráter moral e como castigo e punição. Seu caráter terapêutico no tratamento de doentes mentais reforça sua dimensão moral.

É justamente a valorização positiva conferida ao trabalho que lhe assegura o papel de principal elemento de integração social. Dejours (1999, p. 47) ressalta que

[...] o acesso à cidadania e à legitimidade de intervir no espaço público passa, ainda, pelos direitos sociais e políticos conferidos pelo trabalho. Sem carteira de trabalho, um imigrante é ameaçado de expulsão do território.

Como elemento de integração social, os espaços de trabalho se constituem em espaços privilegiados de relações sociais. Várias esferas de vida são organizadas com base na categoria trabalho, o que lhe confere um lugar privilegiado como organizador social. Estudos sobre envelhecimento apontam a exclusão do mundo do trabalho como

a principal perda experienciada neste período de vida (CARLOS et al., 1999), exclusão que contribui na construção de uma representação de inutilidade conferida ao velho em várias culturas.

Lima e Borges (2002), ao estudarem as consequências do desemprego, registram a desestruturação dos laços sociais e afetivos, o isolamento social, o aumento dos quadros de suicídio, o alcoolismo e a dependência de outras drogas. Ao mesmo tempo, o desemprego abala o valor subjetivo auto-atribuído, gerando sentimentos de menos-valia, angústia, desânimo, caracterizando quadros ansiosos e depressivos. Acrescentam, ainda, que as reações do desemprego

[...] não são fruto apenas das perdas materiais que (o trabalhador) sofreu, mas sim da impossibilidade de expressar-se, desenvolver-se e deixar sua marca no mundo (LIMA e BORGES, 200 p. 338),

possibilidades que o trabalho oferece pelas suas peculiaridades enquanto trabalho humano.

O caráter de intencionalidade confere ao trabalho humano um significado "[...] que se define pela permanência além e apesar da relação com o objeto, ou seja, define-se pela transcendência à relação sujeito/objeto" (CODO, s.d, p. 26). Intencionalidade que distingue, conforme as palavras clássicas de Marx (1989, p. 203), "o pior arquiteto da melhor abelha, pois ele figura na mente sua construção antes de transformá-lo em realidade."

A ação animal de transformação da natureza se extingue nela mesma; no trabalho humano, o circuito se abre para uma terceira relação representada pelo signo que fica no produto (signo-figurar), o qual, por sua vez, transforma-se e é transformado pela ação recíproca do sujeito e do objeto. O significado que o produto do trabalho contém se subjetiva enquanto constitutivo do psiquismo, inscrevendo o humano na sociedade construída pelo trabalho. Nas palavras de Henfil, cartunista brasileiro: o trabalho permitiu ao homem fazer de um ovo uma omelete, de um tecido uma fantasia, de um barulho uma música e deixar sua expressão no mundo como cultura a ser apropriada pelas gerações seguintes.

5 PARA ALÉM DE UMA PSICOLOGIA APLICADA AO TRABALHO

Todas essas considerações e argumentações fundamentam a proposição para uma Psicologia

do Trabalho que incorpore essa categoria – trabalho – em seu corpo conceitual. Portanto, uma reversão da prática corrente de aplicação dos conhecimentos psicológicos ao mundo do trabalho, o que vai ao encontro de posicionamentos como o de Codo (1989) apresentado na epígrafe deste ensaio.

Reconhece-se toda uma tradição consolidada na área da Psicologia Organizacional e do Trabalho que atendeu e atende a uma demanda, como bem assinala Malvezzi:

[...] compreender a relação entre os processos sociocomportamentais e os processos de produção ganhou o status de uma necessidade crescente [...]. O aparecimento da Psicologia Organizacional e do Trabalho, no final do século XIX, é uma resposta a essa demanda; sua institucionalização, como uma das especialidades das ciências comportamentais, cresceu e tornou-se uma das contribuições mais significativas para o desenvolvimento dos negócios e da administração. (2004, p. 13).

Tal Psicologia tem muito a contribuir nos marcos conjunturais do mundo do trabalho contemporâneo, marcos conjunturais que podem ser associados, de várias formas, àquelas referentes à tecnologia, à organização e à gestão do trabalho. O processo inverso também se mostra fecundo: os efeitos subjetivos das profundas modificações introduzidas no mundo do trabalho, ao que Fonseca (2002, p. 20) se refere como “(des)reestruturação produtiva com (des)reestruturação subjetiva”.

Abre-se assim, um espaço para a Psicologia compreender como, por exemplo, a internalização do capital com a acentuação da queda das fronteiras nacionais e as possibilidades de conexões informativas em tempo real em nível planetário, que engendram novas noções de tempo e de espaço, expressam-se na constituição da subjetividade. Codo (2004) utiliza a analogia com a Psicanálise na argumentação sobre a necessidade de inclusão da categoria trabalho para compreender o fenômeno psicológico:

[...] tal como a Psicologia pode cravar sua ‘origem’ na sexualidade (para compreender a dinâmica psicológica), poderá cravar sua ‘origem’ no trabalho, buscar nele as causas dos fenômenos que estuda, e pelas mesmas razões. (p.278).

A articulação entre Psicologia, trabalho e saúde sustenta uma compreensão de sujeito que permite avançar na direção de uma Psicologia em que o trabalho deixe de ser tão somente um indicativo de normalidade e de adaptação social. Sua dimensão simbólica, como mediador de sobrevivência, de valoração moral e de integração social subsidia a constituição de um campo conceitual na Psicologia que fundamente sua inscrição no campo da Saúde do Trabalhador e sua interlocução nas discussões sobre as implicações das transformações econômicas e sociais em curso, introduzindo a ótica da subjetividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense/EPU, 1981.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 5.ed. R.J.: Forense Universitária, 2000.
- CARLOS, S. et al. Identidade, aposentadoria e terceira idade. *Estudos interdisciplinares sobre envelhecimento*, v.1, 1999, p.77-87.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CODO, W. *Alienação*. 6.ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. O papel do psicólogo na organização industrial (notas sobre o “lobo mau” em psicologia). In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.) *Psicologia social: o homem em movimento*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.195-202.
- _____. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In: TAMAYO, A.; BORGES, J., CODO, W. (Orgs.) *Trabalho, organização e cultura*. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, [s/d.].
- _____. Saúde mental e trabalho. In: ZANELLI, J.; BORGES, J.; BASTOS, V. (Orgs.) *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. P.A.: Artes Médicas, 2004, p. 276-299.
- COSTA, J.F. *Psicanálise e contexto cultural*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*. 3.ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1988.

- _____. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- ERIKSON, E. *Identidade; juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, Editores, 1972.
- FACCHINI, L.A. Por que a doença? A inferência causal e os marcos teóricos de análise. In: BUSCHINELLI, J.T.; ROCHA, L.; RIGOTTO, R. (Orgs.) *Isto é trabalho de gente?: Vida, doença e trabalho no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 33-55.
- FONSECA, T. Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva. In: FONSECA, T. (Org.). *Modos de trabalhar, modos de subjetivar*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 13-27.
- FREUD, S. *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1967.
- FROMM, E. *Psicoanálisis de la sociedad contemporánea*. México: FCE, 1956.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- JACQUES, M.G. O contexto histórico como produtor e produto do conhecimento: a trajetória da psicologia do trabalho. *Psicologia, reflexão e crítica*, v. 4, n.1/2, 1989. p. 64-70.
- _____. Doença dos nervos: uma expressão da relação entre saúde/doença mental. In: JACQUES, M.G.; CODO, W. (Orgs.). *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.98-111.
- _____. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n.1, 2003. p. 97-116.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HEGEL, G. *Fenomenologia del espíritu*. México: Fondo de Cultura Economica, 1985.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- KAPLAN, H.; SADOCK, B.; GREBB, J. *Compêndio de psiquiatria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LIMA, M.E. Esboço de uma crítica no campo da saúde mental e trabalho. In: JACQUES, M.G.; CODO, W. (Orgs.). *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 50-81.
- LIMA, M. E. BORGES, Os impactos psicossociais do desemprego de longa duração. In: GOULART, I.B. (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 337-355.
- MALVEZZI, S. Prefácio. In: ZANELLI, J.; BORGES, J.; BASTOS, V. (Orgs.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. p. 13-18.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. In: FROMM, E. (Org.). *Conceito marxista de homem*. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, Editores, p. 89-170.
- _____. *O capital*. 13 ed. São Paulo: Bertrand-Brasil, 1989.
- MEDA, D. *Società senza lavoro: per una nuova Filosofia dell'occupazione*. Milão: Feltrinelli, 1997.
- Ministério da Saúde do Brasil. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília: MS, 2001.
- NARDI, H. Saúde do trabalhador. In: CATTANI, A. (Org.) *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 219-224.
- OFFE, C. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- PATTO, M.H. *Psicologia e ideologia*. São Paulo: Quieroz, 1987.
- SAMPAIO, J.; CODO, W.; HITOMI, A. Saúde mental e trabalho: um modelo de investigação. In: CODO, W.; SAMPAIO, J. (Orgs.). *Sofrimento psíquico nas organizações*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 85-109
- SAMPAIO, J. ; MESSIAS, E. A epidemiologia em saúde mental e trabalho. In: JACQUES, M.G.; CODO, W. (Orgs.). *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 143-172.
- SELIGMANN-SILVA, E. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- SPINK, P. Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, v. 8, n.1, 1996. p. 174-192.
- TAVARES, M. A clínica da confluência da história pessoal e profissional. In: CODO, W. (Org.). *O trabalho enlouquece?* Petrópolis: Vozes, 2004. p. 53-104.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.